

17. O chamamento, como prática cotidiana sujeita a um ritual preciso, assume uma forma muito "especial" na prática de "interpelação" do policial concernente à interpelação dos "suspeitos".
18. Embora saibamos que o indivíduo é sempre já sujeito, continuamos a usar esse termo, que é conveniente pelo efeito contrastante que produz.
19. Faço a citação de modo associativo, não ao pé da letra, mas "no espírito da verdade".
20. O dogma da Trindade é justamente a teoria da duplicação do Sujeito (o Pai) num sujeito (o Filho) e da ligação especular entre eles (o Espírito Santo).
21. Hegel é (sem saber) um "teórico" admirável da ideologia, na medida em que é um "teórico" do Reconhecimento Universal, que infelizmente termina na ideologia do Saber Absoluto. Feuerbach é um "teórico" assombroso da ligação especular, que infelizmente termina na ideologia da Essência Humana. Para encontrar o material com que construir uma teoria da garantia, devemos voltar-nos para Espinoza.

O MECANISMO DO (DES)CONHECIMENTO IDEOLÓGICO

Michel Pêcheux

DAS CONDIÇÕES IDEOLÓGICAS DE REPRODUÇÃO/TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

Começarei por explicar a expressão "*condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção*". Essa explicação será dada dentro dos limites de meu objetivo, que é expor as bases de uma teoria materialista do discurso.

Para evitar certos mal-entendidos, porém, devo também especificar alguns pontos de alcance mais geral, concernentes à teoria das ideologias, à prática da produção dos conhecimentos e à prática política, sem os quais tudo o que se segue ficaria muito "deslocado".

(a) Enfatizo as "*condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção*" porque o campo da ideologia não é, de modo algum, o *único elemento* em que se dá a reprodução/transformação das relações de produção de uma formação social; isso equivaleria a ignorar as determinações econômicas que condicionam "em última instância" essa reprodução/transformação, inclusive dentro da própria produção econômica, como lembra Althusser no começo de seu artigo sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado.

(b) Ao escrever "reprodução/transformação", pretendo designar o caráter intrinsecamente contraditório de *qualquer modo de produção que se baseie numa divisão em classes, isto é, cujo "princípio" seja a luta de classes*. Isso significa, em particular, que considero um erro localizar em pontos diferentes, de um lado, aquilo que contribui para a reprodução das relações de produção e, de outro, o que contribui para sua transformação: a luta de classes perpassa o modo de produção como um todo, o que, no campo da ideologia, significa que a luta de classes "passa" pelo que Althusser chamou de Aparelhos Ideológicos de Estado.

Ao adotar a expressão *Aparelho Ideológico de Estado*, pretendo sublinhar alguns aspectos que creio serem cruciais (à parte, é claro, o lembrete de que as ideologias não se compõem de "idéias", mas de práticas):

garante as condições de exploração e sua reprodução. Mas não há luta de classes sem classes antagônicas. Quem fala em luta de classe da classe dominante fala em resistência, revolta e luta de classe da classe dominada.

É por isso que os AIEs não são a realização da ideologia *em geral*, nem tampouco a realização sem conflito da ideologia da classe dominante. A ideologia da classe dominante não se transforma na ideologia dominante pela graça divina, nem em virtude da simples tomada do poder estatal. É através da instauração dos AIEs, em que essa ideologia é realizada e se realiza, que ela se torna a dominante. Mas essa instauração não se faz sozinha; ao contrário, é o pivô de uma luta de classes muito acirrada e contínua, primeiro contra as classes dominantes anteriores e sua posição nos velhos e novos AIEs, e depois contra a classe explorada.

Mas esse ponto de vista da luta de classes nos AIEs continua a ser abstrato. De fato, a luta de classes nos AIEs é mesmo um aspecto da luta de classes, às vezes importante e sintomático: por exemplo, a luta anti-religiosa do século XVIII, ou a "crise" do AIE escolar em todos os países capitalistas de hoje. Mas as lutas de classes nos AIEs são apenas um aspecto de uma luta de classes que vai além deles. A ideologia que uma classe detentora do poder transforma na ideologia dominante, em seus AIEs, de fato se "realiza" nesses AIEs, porém vai muito além deles, pois vem de outro lugar. Similarmente, a ideologia que uma classe dominada consegue defender, dentro e contra esses AIEs, vai além deles, pois vem de outro lugar.

É somente do ponto de vista das classes, isto é, da luta de classes, que se podem explicar as ideologias existentes numa formação social. Não só é desse ponto de partida que se pode explicar a realização da ideologia dominante nos AIEs, bem como das formas de luta de classes de que os AIEs são a sede e o pivô, como também, e acima de tudo, é desse ponto de partida que é possível compreender a proveniência das ideologias que se realizam nos AIEs e que neles se confrontam. Pois, se é verdade que os AIEs representam a *forma* em que a ideologia da classe dominante tem que, *necessariamente*, se realizar, e a forma com que a ideologia da classe dominada tem que, *necessariamente*, ser comparada e confrontada, as ideologias não "nascem" nos AIEs, e sim nas classes sociais que estão em confronto na luta de classes: em suas condições de existência, suas práticas, sua experiência da luta etc.

abril de 1970

NOTAS

1. Este texto compõe-se de dois excertos de um estudo em andamento. O subtítulo, "Notas para uma investigação", é do próprio autor. As idéias expostas não devem ser encaradas como mais que a introdução a uma discussão.
2. Marx a Kugelmann, 11 de julho de 1868, *Selected Correspondence*, Moscou, 1955, p. 209.
3. Marx deu-lhe seu conceito científico: *capital variável*.

4. Em *For Marx* (Londres, 1969) e *Reading Capital* (Londres, 1970).
5. *Tópica*, do grego *topos*, lugar. A tópica representa, num espaço definido, os respectivos *sítios* ocupados por diversas realidades: assim, o econômico está *embaixo* (na base), e a superestrutura, *em cima*.
6. Ao que eu saiba, Gramsci foi o único a percorrer uma certa distância na trilha que estou tomando. Ele teve a idéia "notável" de que o Estado não podia ser reduzido ao Aparelho (Repressivo) de Estado, mas incluía, a seu ver, um certo número de instituições da "*sociedade civil*": a Igreja, as escolas, os sindicatos etc. Infelizmente, Gramsci não sistematizou suas intuições, que permaneceram em estado de notas argutas, mas fragmentadas (cf. Gramsci, *Selections from the Prison Notebooks*, International Publishers, 1971, p. 12, 259, 260-63; ver também a carta a Tatiana Schucht de 7 de setembro de 1931, em *Gramsci's Private Letters. Lettere del Carcere*, trad. Hamish Henderson, Londres, 1988, p. 159-62).
7. A família, obviamente, tem outras "funções" além das de um AIE. Ela intervém na reprodução da força de trabalho. Nos diferentes modos de produção, é unidade de produção e/ou unidade de consumo.
8. A "Lei" pertence tanto ao Aparelho (Repressivo) de Estado quanto ao sistema dos AIEs.
9. Num texto patético, escrito em 1937, Krupskaya narrou a história dos esforços desesperados de Lênin e o que ela considerou ter sido o fracasso dele.
10. Evidentemente, o que eu disse nessas breves palavras sobre a luta de classes nos AIEs está longe de esgotar a questão da luta de classes.
Para abordar essa questão, há que ter dois princípios em mente:
O primeiro princípio foi formulado por Marx no *Prefácio da Contribuição à crítica da economia política*: "Ao considerar essas transformações [uma revolução social], convém sempre fazer uma distinção entre a transformação material das condições econômicas de produção, que podem ser determinadas com a precisão da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, estéticas ou filosóficas — em suma, as formas ideológicas — em que os homens conscientizam-se desse conflito e o conduzem." A luta de classes, portanto, é expressa e exercida sob formas ideológicas, e também, sendo assim, nas formas ideológicas dos AIEs. Mas a luta de classes *estende-se muito além* dessas formas, e é por se estender para além delas que a luta das classes exploradas também deve ser exercida nas formas dos AIEs, voltando, com isso, a arma da ideologia contra as classes que ocupam o poder.
Isso, em virtude do *segundo princípio*: a luta de classes vai além dos AIEs porque se enraíza noutro lugar que não a ideologia, na infra-estrutura, nas relações de produção, que são relações de exploração e constituem a base das relações de classe.
11. Em sua maior parte, pois as relações de produção são inicialmente reproduzidas pela materialidade dos processos de produção e circulação. Mas não se deve esquecer que as relações ideológicas acham-se imediatamente presentes nesses mesmos processos.
12. *Quanto à parte da reprodução para a qual o Aparelho (Repressivo) de Estado e o Aparelho Ideológico de Estado contribuem*.
13. Uso deliberadamente esse termo moderníssimo. Pois, até nos círculos comunistas, infelizmente, é comum "explicar-se" um desvio político (um oportunismo de direita ou de esquerda) pela ação de uma "panelinha".
14. Que tomou de empréstimo a categoria jurídica de "sujeito da lei", para fazer dela uma noção ideológica: o homem é, por natureza, um sujeito.
15. Os linguistas e os que recorrem à lingüística para vários fins deparam, freqüentemente, com dificuldades que surgem por eles desconhcerem a ação dos efeitos ideológicos em todos os discursos — até mesmo nos discursos científicos.
16. Esse duplo "neste momento" é mais uma prova de que a ideologia é "eterna", já que esses dois "neste momento" são separados por um intervalo indefinido; estou escrevendo estas linhas em 6 de abril de 1969, e você pode lê-las em qualquer ocasião posterior.

1. A ideologia não se reproduz sob a forma geral de um *Zeitgeist* (isto é, o espírito da época, a "mentalidade" de uma época, os "hábitos de pensamento" etc) imposto à "sociedade" de maneira regular e homogênea, como uma espécie de espaço preexistente à luta de classes: "Os Aparelhos Ideológicos de Estado não são a realização da ideologia *em geral*..."

2. "... nem tampouco a realização sem conflito da ideologia da classe dominante", o que significa que é impossível atribuir *a cada classe sua própria ideologia*, como se cada uma existisse em seu próprio campo "antes da luta de classes", com suas próprias condições de existência e suas instituições específicas, de tal sorte que a luta ideológica de classes fosse o ponto de encontro de dois mundos distintos e preexistentes, cada um com suas próprias práticas e sua "visão de mundo", sendo esse encontro seguido pela vitória da classe "mais forte", que então imporia sua ideologia à outra. Ao fim e ao cabo, isso apenas multiplicaria por dois a concepção da ideologia como *Zeitgeist*.¹

3. "A ideologia da classe dominante não se transforma na ideologia dominante pela graça divina...", o que significa que os Aparelhos Ideológicos de Estado não são a *expressão* da dominação da ideologia dominante, isto é, da ideologia da classe dominante (Deus sabe como a ideologia dominante conquistaria sua supremacia, se fosse assim!), mas o *local* e o *meio* de realização dessa dominação: "... É através da instauração dos Aparelhos Ideológicos de Estado, em que essa ideologia [a ideologia da classe dominante] é realizada e se realiza, que ela se torna a dominante."

4. Mesmo assim, no entanto, os Aparelhos Ideológicos de Estado não são puros instrumentos da classe dominante, máquinas ideológicas que simplesmente reproduzem as relações de produção existentes: "... essa instauração [dos Aparelhos Ideológicos de Estado] não se faz sozinha; ao contrário, é o pivô de uma luta de classes muito acirrada e contínua",² que significa que os Aparelhos Ideológicos de Estado constituem, simultânea e contraditoriamente, a sede e as condições ideológicas da transformação das relações de produção (isto é, da revolução, no sentido marxista-leninista). *Daí a expressão "reprodução/transformação"*.

Posso agora dar mais um passo no estudo das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção, afirmando que essas condições contraditórias são constituídas, num dado momento histórico e numa dada formação social, *pelo conjunto complexo de Aparelhos Ideológicos de Estado* contido nessa formação social. Digo *conjunto complexo*, ou seja, um conjunto com relações de contradição—desigualdade—subordinação entre seus "elementos", e não um simples rol de elementos: de fato, seria absurdo pensar que, numa dada conjuntura, *todos os Aparelhos Ideológicos de Estado* contribuem *igualmente* para a reprodução das relações de produção e para sua transformação. Na verdade, suas propriedades "regionais" — sua "evidente" especialização na religião, no saber,

na política etc — condicionam sua importância relativa (a desigualdade de suas relações) dentro do conjunto de Aparelhos Ideológicos de Estado, e isso em função da situação da luta de classes nessa dada formação social.

Isso explica por que a instância ideológica, em sua materialidade concreta, existe sob a forma de "formações ideológicas" (referidas aos Aparelhos Ideológicos de Estado), que têm um caráter "regional" e envolvem posições de classe: os "objetos" ideológicos são sempre fornecidos juntamente com seu "modo de usar" — seu "sentido", isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe a que servem —, o que permite o comentário de que as ideologias práticas são práticas de classe (práticas da luta de classes) na ideologia. Isso equivale a dizer que, na luta ideológica (não menos que nas outras formas de luta de classes), não há "posições de classe" que *tenham existência abstrata* e que *sejam posteriormente aplicadas* aos diferentes "objetos" ideológicos regionais das situações concretas, na Escola, na Família etc. De fato, é aí que a ligação contraditória entre a reprodução e a transformação das relações de produção articula-se no nível ideológico, na medida em que não são os "objetos" ideológicos, tomados um a um, mas a própria divisão em regiões (Deus, Ética, Lei, Justiça, Família, Saber etc) e as relações de *desigualdade—subordinação* entre essas regiões que constituem o que está em jogo na *luta ideológica de classes*.

Assim, *o predomínio da ideologia dominante (a ideologia da classe dominante)*, que se caracteriza, no plano ideológico, pelo fato de que a reprodução das relações de produção "triumfa" sobre sua transformação (obstaculiza-a, lentifica-a ou a suprime, nos diferentes casos), corresponde menos a manter *idêntica* cada "região" ideológica, isoladamente considerada, do que a reproduzir as relações de desigualdade—subordinação entre essas regiões (com seus "objetos" e as práticas em que eles se inscrevem):³ foi isso que permitiu a Althusser propor a tese, aparentemente escandalosa, de que o conjunto de Aparelhos Ideológicos de Estado de uma formação social capitalista também inclui os *sindicatos* e os *partidos políticos* (sem maior especificação; na verdade, tudo o que ele pretendeu designar foi a função *atribuída* aos partidos políticos e aos sindicatos dentro do complexo dos Aparelhos Ideológicos de Estado *sob o domínio da ideologia dominante* [a ideologia da classe dominante], isto é, a função subalterna mas inevitável, e portanto muito necessária, pela qual são garantidos à classe dominante o "contato" e o "diálogo" com a classe adversária, ou seja, o proletariado e seus aliados, função essa a que uma organização proletária não pode simplesmente *conformar-se*, é claro).

Esse exemplo ajuda a explicar como as relações de desigualdade—subordinação entre os diferentes Aparelhos Ideológicos de Estado (e as regiões, objetos e práticas a eles correspondentes) constituem, como venho afirmando, o pivô da luta ideológica de classes. Portanto, o aspecto ideológico da luta pela transformação das relações de produção reside sobretudo na luta para impor, dentro do complexo de Aparelhos Ideológicos de Estado, *novas relações de desigualdade—*

*subordinação*⁴ (isso é o que se expressa, por exemplo, no lema "Ponham a política no comando!"), que resultem numa transformação do *conjunto* do "complexo de Aparelhos Ideológicos de Estado" em sua relação com o Aparelho de Estado, e numa transformação do próprio Aparelho de Estado.⁵

Resumindo: a objetividade material da instância ideológica se caracteriza pela estrutura de desigualdade-subordinação do "todo complexo que está no domínio" das formações ideológicas de uma dada formação social, uma estrutura que expressa a contradição reprodução/transformação que constitui a luta de classes.

Ao mesmo tempo, no que concerne à forma dessa contradição, convém especificar que, dado o que acabei de dizer, não se pode pensá-la como sendo a oposição entre duas forças que atuem uma contra a outra num único *espaço*. A forma da contradição inerente à luta ideológica de classes entre as duas classes antagônicas não é *simétrica*, no sentido de cada classe tentar obter em seu próprio benefício *a mesma coisa* que a outra: insisto nesse ponto porque, como vimos, muitas concepções da luta ideológica tomam como um *fato evidente*, antes da luta, que a "*sociedade*" existe (com o "*Estado*" acima dela) como um *espaço*, como o *terreno dessa luta*. Como apontou Étienne Balibar, isso se dá porque na operação do Aparelho de Estado a relação de classes é ocultada pelo próprio mecanismo que a realiza, de tal sorte que a sociedade, o Estado e os súditos perante a lei (livres e iguais em princípio, no modo de produção capitalista) são produzidos-reproduzidos como "noções naturalmente evidentes". Isso gera um segundo erro, gêmeo do primeiro, que diz respeito à natureza dessa contradição e opõe a reprodução à transformação, tal como a *inércia* opõe-se ao *movimento*: a idéia de que a reprodução das relações de produção não requer explicação, porque elas "funcionam espontaneamente", *desde que sejam deixadas em paz*, desconsideradas as falhas e imperfeições do "sistema", é uma ilusão eternizante e antidialética. Na realidade, a reprodução, tanto quanto a transformação das relações de produção, é um *processo objetivo* cujo mistério tem que ser desvendado, e não apenas uma situação de fato que precise apenas ser observada.

Já aludi várias vezes à tese central de Althusser: "*A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos*." É chegado o momento de examinar como essa tese "desvenda o mistério" em questão e, especificamente, como o seu modo de desvendar esse mistério leva diretamente à problemática de uma teoria materialista dos processos discursivos, articulada com a problemática das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção.

Antes, porém, uma observação sobre a terminologia: na elaboração que nos trouxe até este ponto, surgiram alguns termos, como Aparelhos Ideológicos de Estado, formação ideológica, ideologia dominante ou vigente etc, mas não apareceram *nem o termo "ideologia"* (exceto negativamente, na frase "os Aparelhos Ideológicos de Estado não são a realização da ideologia em geral"), *nem o termo "sujeito"* (e tampouco o termo "indivíduo"). Por que será que, em decorrência da

elaboração precedente, e justamente *para poder reforçá-la em suas conclusões*, sou obrigado a modificar minha terminologia e introduzir novas palavras (ideologia, no singular, indivíduo, sujeito, interpelar)? A resposta encontra-se nestas duas proposições intermediárias —

1. não existe prática, a não ser através de *uma* ideologia, e dentro dela;
2. não existe ideologia, exceto pelo *sujeito* e para sujeitos

— que Althusser formula antes de expor sua "tese central"; ao transcrever essas duas proposições intermediárias, enfatizei as duas maneiras como o termo "ideologia" é determinado: na primeira, o artigo indefinido sugere a multiplicidade diferenciada da instância ideológica, sob a forma de uma combinação (um todo complexo predominante) de elementos, cada um dos quais é *uma formação ideológica* (no sentido definido acima): em suma, *uma ideologia*. Na segunda proposição, a determinação do termo "ideologia" opera "em geral", como quando se diz que "só existe raiz quadrada de números positivos", implicando que *toda* raiz quadrada é a raiz quadrada de um número positivo: do mesmo modo, o significado dessa segunda proposição, que a rigor prefigura a "tese central",⁶ é que "a categoria do sujeito (...) é a categoria constitutiva de qualquer ideologia". Em outras palavras, o *surgimento do termo "sujeito"* na exposição teórica (um surgimento que, como veremos, caracteriza-se gramaticalmente pelo fato de que o termo não é sujeito nem objeto, mas um atributo do objeto) é rigorosamente contemporâneo do *uso do termo "ideologia" no singular*, no sentido de "*toda ideologia*".

Naturalmente, isso me leva a fazer uma distinção criteriosa entre *formação ideológica*, *ideologia dominante* e *ideologia*.

IDEOLOGIA, INTERPELAÇÃO, "EFEITO MÜNCHHAUSEN"

A *ideologia em geral*, que, como vimos, *não se realiza* nos Aparelhos Ideológicos de Estado — de modo que não pode coincidir com uma *formação ideológica* historicamente concreta —, também não é a mesma coisa que a *ideologia dominante*, como resultado global, como forma historicamente concreta resultante das relações de desigualdade-contradição-subordinação que caracterizam, numa formação social historicamente dada, o "todo complexo que está no domínio" das formações ideológicas nela atuantes. Em outras palavras, enquanto "as ideologias têm uma história própria", por terem uma existência histórica concreta, "a ideologia em geral não tem história", na medida em que é

dotada de uma estrutura e funcionamento tais que a *tornam* uma realidade a-histórica, isto é, uma realidade *oni-histórica* — no sentido de essa estrutura e funcionamento serem imutáveis, acharem-se presentes de *uma* mesma forma em tudo o que chamamos história, no sentido como o *Manifesto Comunista* define a história como lutas de classes, isto é, a história das sociedades de classes.⁷

Portanto, o conceito de *ideologia* em geral aparece, muito especificamente, como o modo de designar, dentro do marxismo-leninismo, o fato de as relações de produção serem relações entre os “homens”, *no sentido de não serem relações entre coisas, máquinas, animais não humanos ou anjos; nesse sentido, e apenas nesse sentido*: isto é, sem introduzir ao mesmo tempo, sub-repticiamente, uma certa noção do “homem” como antinatureza, transcendência, sujeito da história, negação da negação etc. Como se sabe, esse é o ponto central da *Resposta a John Lewis*.⁸

Ao contrário, o conceito de *ideologia em geral* torna possível pensar o “homem” como um “animal ideológico”, ou seja, pensar em sua especificidade como *parte da natureza*, no sentido espinozista do termo: “A história é um imenso sistema ‘natural-humano’ em movimento, e o motor da história é a luta de classes.”⁹ Eis aí, mais uma vez, a história, *ou seja*, a história da luta de classes, isto é, a reprodução/transformação das relações de classe, com suas correspondentes características infra-estruturais (econômicas) e superestruturais (jurídico-políticas e ideológicas): é dentro desse processo “natural-humano” da história que “a ideologia é eterna” (oni-histórica) — afirmação que lembra a expressão freudiana “o inconsciente é eterno”; o leitor há de perceber que essas duas categorias não se encontram aqui *por acaso*. Mas também há de perceber que, quanto a essa questão, e apesar de importantes estudos recentes, o *trabalho teórico essencial* ainda está por fazer. Quero sobretudo evitar a impressão, muito difundida hoje em dia, de que já temos as respostas. Na verdade, os *slogans* não preenchem a hiante ausência de uma articulação teórica bem elaborada entre a *ideologia* e o *inconsciente*: estamos ainda na fase de “vislumbres” teóricos dentro de uma obscuridade preponderante. Neste estudo, pretendo restringir-me a chamar a atenção para algumas ligações cuja importância talvez tenha sido subestimada, sem realmente afirmar que esteja formulando a verdadeira questão que rege a relação entre essas duas categorias.¹⁰ Permitam-me apenas ressaltar que o traço comum a essas duas estruturas, respectivamente chamadas de *ideologia* e *inconsciente*, é o fato de elas operarem ocultando sua própria existência, produzindo uma rede de *verdades “subjetivas” evidentes*, com o “subjetivas” significando, aqui, não “que afetam o sujeito”, mas “em que o sujeito se constitui”:

Para vocês e para mim, a categoria do sujeito é uma “evidência” básica (as evidências são sempre básicas): é claro que você e eu somos sujeitos (livres, morais etc).¹¹

Ora — e é justamente nesse ponto, creio eu, que começa a necessidade de uma teoria materialista do discurso —, o caráter evidente da existência espontânea do sujeito (como origem ou causa em si) é imediatamente comparado por Althusser a uma outra evidência, amplamente difundida, como vimos, na filosofia idealista da linguagem: a evidência do sentido. Lembremos os termos dessa comparação, que evoquei logo no início deste estudo:

Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra “nomeie uma coisa” ou “tenha um significado” (incluindo, portanto, as evidências da “transparência” da linguagem), a “evidência” de que você e eu somos sujeitos — e de que isso não é um problema — é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar.¹²

Grifei essa referência à evidência do *sentido*, extraída de um comentário sobre a evidência do *sujeito*. Eu deveria acrescentar que há no texto, nesse ponto, uma nota que toca diretamente na questão que estou examinando aqui:

Os linguistas e os que recorrem à linguística para vários fins deparam, frequentemente, com dificuldades que surgem por eles desconhcerem a ação dos efeitos ideológicos em todos os discursos — até mesmo nos discursos científicos.¹³

Todo o meu trabalho encontra sua definição aqui, nesse vínculo da questão da *constituição do sentido* com a da *constituição do sujeito*, um vínculo que não é marginal (como, por exemplo, o caso especial dos “rituais” ideológicos de ler e escrever), mas que se situa dentro da própria “tese central”, na figura da *interpelação*.

Digo *figura* da interpelação para designar o fato de que, como sugere Althusser, a “interpelação” é uma “ilustração”, um exemplo adaptado a um modo específico de exposição, “suficientemente ‘concreta’ para ser reconhecida, mas abstrata o bastante para ser pensável e pensada, dando origem a um conhecimento”.¹⁴ Essa figura, associada tanto à religião quanto à polícia (“Foi por ti que derramei esta gota de meu sangue” / “Ei, você aí!”), tem a vantagem, antes de mais nada, através do duplo sentido da palavra “interpelação”, de tornar palpável o vínculo superestrutural — determinado pela infra-estrutura econômica — entre o Aparelho Repressivo de Estado (o aparelho jurídico-político que atribui-verifica-conferencia “identidades”) e os Aparelhos Ideológicos de Estado, isto é, a ligação entre o “sujeito perante a lei” (aquele que estabelece relações contratuais com outros sujeitos perante a lei, seus iguais) e o sujeito ideológico (aquele que diz de si mesmo: “Sou eu!”). Tem a segunda vantagem de apresentar esse vínculo de tal maneira que o teatro da consciência (eu vejo, penso, falo, vejo você, falo com você etc) é observado dos bastidores, do lugar em que se pode apreender o fato de que se fala *do* sujeito, e de que se fala *ao* sujeito, antes que ele possa dizer: “Eu falo.”

A última, mas não a menor, vantagem desse “teatrinho teórico” da interpelação, concebida como uma crítica ilustrada do teatro da consciência, é que ele designa, pela discrepância da formulação “indivíduo”/“sujeito”, o paradoxo pelo qual o *sujeito é chamado a existir*: de fato, a formulação evita cuidadosamente pressupor a existência do sujeito em quem se realiza a operação da interpelação: ela não diz que “o sujeito é interpelado pela ideologia”.

Isso corta pela raiz qualquer tentativa de simplesmente *inverter* a metáfora que liga o sujeito às várias “entidades jurídicas” [*personnes morales*] que se afi-

gurariam, à primeira vista, sujeitos compostos de uma coletividade de sujeitos. Invertendo a relação, se poderia dizer que é essa coletividade, como entidade preexistente, que impõe sua marca ideológica em cada sujeito, sob a forma de uma "socialização" do indivíduo em "relações sociais" concebidas como relações intersubjetivas. Na verdade, a tese "a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos" quer dizer, a rigor, que o "não-sujeito" é interpelado—constituído como sujeito pela ideologia. Pois bem, o paradoxo está precisamente em que a interpelação tem, por assim dizer, um *efeito retroativo*, o que resulta em que todo indivíduo é "sempre-já sujeito".

A *evidência do sujeito* como único, insubstituível e idêntico a si mesmo — o reconhecimento absurdo e natural "É comigo!" à interpelação "Ei, você aí!"¹⁵ — faz eco a essa observação; é "evidente" que *eu* sou a única pessoa que pode dizer "eu" quando falo de mim mesmo; essa evidência esconde algo que escapa a Russell e ao empirismo lógico: o fato de que o sujeito sempre foi "um indivíduo interpelado como sujeito", o que, para ficar no clima do exemplo de Althusser, poderia ser ilustrado pela injunção absurda que as crianças dirigem umas às outras, como uma grande piada: "Seu' Fulano, lembre-me do seu nome!" — uma injunção cujo caráter jocoso mascara sua afinidade com a operação policial de atribuir e verificar *identidades*. Pois é isso mesmo que está subentendido: a "evidência" da identidade esconde o fato de que ela é o resultado de uma identificação—interpelação do sujeito, cuja origem externa, não obstante, é-lhe "estranhamente familiar".¹⁶

[...]

Ora, levando em conta o que acabei de expor, é possível considerar o *efeito do pré-construído* como a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado como sujeito... embora continue a ser "sempre já sujeito" e enfatizar que essa discrepância (entre a estranheza familiar desse fora situado antes, alhures e independentemente, e o sujeito identificável, responsável, passível de responder por seus atos) opera "por contradição", quer esta seja sofrida pelo sujeito em completa ignorância, quer, ao contrário, ele a apreenda no primeiro plano de sua mente como "espirituosidade": de fato, muitos chistes, frases de efeito etc são regidos pela contradição inerente a essa discrepância; constituem como que sintomas dela e são sustentados pelo círculo que liga a contradição sofrida (isto é, a "estupidez") à contradição apreendida e exibida (isto é, a "ironia"), como o leitor poderá confirmar usando qualquer exemplo que considere especialmente "eloqüente".¹⁷

O papel de sintoma que discerne na operação de um certo tipo de chiste (onde o que está subentendido, em última instância, é a *identidade* de um sujeito, uma coisa ou um acontecimento), com respeito à questão da interpelação—identificação ideológica, leva-me a afirmar, em relação a esse sintoma, a existência de um

processo do significante na interpelação—identificação. Deixem-me explicar: não se trata, aqui, de evocar o "papel da linguagem" em geral ou "o poder das palavras", deixando em dúvida se o que se invoca é o *signo*, que *designa algo para alguém*, como diz Lacan, ou o *significante*, isto é, *aquilo que representa o sujeito para outro significante* (Lacan, mais uma vez). Está claro que, para meu propósito, a segunda hipótese é a correta, pois ela trata do *sujeito como processo* (de representação) dentro do não-sujeito constituído pela rede de significantes, no sentido de Lacan: o sujeito é "captado" nessa rede — "substantivos comuns" e "nomes próprios", efeitos "deslizantes", construções sintáticas etc —, de tal sorte que resulta como "causa de si mesmo", no sentido espinozista da expressão. E é precisamente a existência dessa contradição (a produção como resultado de uma "causa de si mesmo"), e seu papel motor no processo do significante na interpelação—identificação, que justifica minha afirmação de que, de fato, trata-se de um *processo*, na medida em que os "objetos" que nele aparecem duplicam-se e se dividem para atuar sobre eles mesmos como diferentes deles mesmos.¹⁸

No sujeito como "causa de si mesmo", uma das conseqüências da necessária obliteração do fato de que ele é resultado de um processo consiste numa série do que se poderia chamar de *fantasias metafísicas*, todas as quais tocam na questão da causalidade: por exemplo, a fantasia das *duas mãos*, cada qual segurando um lápis e *cada uma desenhando a outra na mesma folha de papel*, e também a do salto perpétuo, em que *se torna a saltar com grande efeito antes de haver tocado o chão*; seria possível estender longamente essa lista. Vou deixá-la por aqui, com a proposta de dar a esse efeito de fantasia — pelo qual o indivíduo é interpelado como sujeito — o nome de "efeito Münchhausen", em memória do imortal barão que se suspendeu no ar pelos próprios cabelos.

Se é verdade que a ideologia "recruta" sujeitos entre os indivíduos (à maneira como os soldados são recrutados dentre os civis), e que os recruta a *todos*, precisamos saber de que modo os "voluntários" são designados nesse recrutamento, isto é, no que nos diz respeito, como os indivíduos *aceitam como evidente* o sentido daquilo que ouvem e dizem, lêem e escrevem (ou do que *tencionam* dizer e do que *se tenciona* dizer a eles), na condição de "sujeitos falantes": compreender isso é realmente a única maneira de evitar repetir, sob a forma de uma análise teórica, o "efeito Münchhausen", postulando o sujeito como a origem do sujeito, ou seja, no que nos diz respeito, postulando o sujeito do discurso como a origem do sujeito do discurso.

NOTAS

1. Quanto a esse ponto, ver a análise do reformismo em Althusser, "Reply to John Lewis" (1972), in *Essays in Self Criticism*, trad. de Grahame Lock, Londres, 1976, p. 49ss.
2. Althusser, "Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado", neste volume, cap. 5.

3. Idem: "A unidade dos diferentes Aparelhos Ideológicos de Estado é garantida, em geral sob formas contraditórias, pela ideologia dominante, (...) a ideologia da classe dominante."
4. Por uma transformação das subordinações na luta de classes: por exemplo, através de uma transformação da relação entre a *escola* e a *política*, que, no modo de produção capitalista, é uma *relação de disjunção* (negação ou simulação), baseada no lugar "natural" da escola entre a família e a produção econômica.
5. Étienne Balibar lembra-nos que isso é uma questão de substituir o aparelho de Estado burguês tanto por outro aparelho de Estado quanto por algo diferente de um aparelho de Estado. "La Rectification du Manifeste Communiste" (1972), in *Cinq études du matérialisme historique*, Paris, 1974, p. 65-101.
6. "Esta tese [A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos] apenas torna explícita minha última proposição." Althusser, "Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado", neste volume, cap. 5.
7. Idem.
8. In: *Essays in Self Criticism*, p. 49ss.
9. Idem, p. 51.
10. Um dos méritos da obra de Elisabeth Roudinesco intitulada *Un discours, un réel. Théorie de l'inconscient et politique de la psychanalyse* (Tours, 1973) é que ela mostra porque os méritos da justaposição "freudo-marxista" não podem ser uma solução.
Poder-se-ia dizer que é essa falta de um vínculo entre a ideologia e o inconsciente que hoje "atormenta" a investigação psicanalítica, sob formas diversas e amiúde contraditórias. Não há como antecipar aqui o que resultará disso. Basta dizer que a reinscrição idealista da obra de Lacan terá que ser submetida a uma prestação de contas, e que isso será tarefa, acima de tudo, dos que hoje trabalham dentro da psicanálise.
11. Althusser, "Ideologia...".
12. Idem.
13. Ibid., nota 15.
14. Ibid.
15. Esse exemplo é de Althusser, *ibid.*
16. Onde os conhecidos enunciados infantis do tipo "Tenho três irmãos, Paulo, Miguel e eu"; ou então, "Papai nasceu em Manchester, mamãe, em Bristol, e eu, em Londres: é curioso que nós três nos tenhamos encontrado!"
17. Esses exemplos podem ser multiplicados indefinidamente:
 - (1) sobre a relação *família-escola*: a história do aluno preguiçoso que telefonou para o diretor da escola para ser dispensado de ir à aula e, quando indagado "Com quem estou falando?", respondeu: "Com meu pai!";
 - (2) sobre a repetição ideológica: "Não sobrou nenhum canibal em nossa área; comemos o último na semana passada";
 - (3) sobre o aparelho cultural e o culto ao Grande Homem: "As obras de Shakespeare não foram escritas por ele, mas por um contemporâneo desconhecido de mesmo nome";
 - (4) sobre a metafísica e o aparelho religioso: "Deus é perfeito em todos os aspectos, menos um: ele não existe"; "X não acreditava em fantasmas, nem sequer tinha medo deles" etc.
18. Sobre essa duplicação e divisão na contradição, e à guisa de pilhéria: "Que pena eles não terem construído as cidades no campo — o ar é tão mais puro lá!"

DETERMINISMO E INDETERMINISMO NA TEORIA DA IDEOLOGIA

Nicholas Abercrombie, Stephen Hill e Bryan S. Turner

A análise das ideologias e das formas de conhecimento e de crença acha-se em estado de confusão. No marxismo contemporâneo, a autonomia e a importância independente da ideologia foram enfatizadas à custa de um reducionismo econômico que caiu em descrédito. Sob muitos aspectos, esse é um fenômeno desejável, embora, como assinalamos em outro texto,¹ também traga em si algumas consequências muito enganadoras. Entretanto, o problema crucial que as teorias marxistas contemporâneas da ideologia têm que enfrentar é este: como conciliar o materialismo com a autonomia da ideologia? Isso conduz a uma segunda dificuldade: como conciliar a noção de ideologia como crítica com uma teoria geral da ideologia? Em termos de definições disciplinares, há uma questão paralela acerca da relação da teoria marxista da ideologia com a sociologia do conhecimento que se desenvolveu em oposição ao marxismo clássico.

A importância desses problemas é bem ilustrada pelo livro *A ideologia do poder e o poder da ideologia*, de Göran Therborn,² onde ele tenta esclarecer uma multiplicidade de questões teóricas do marxismo e da sociologia contemporâneos. Therborn diz que seu projeto toma as "percepções de Marx como ponto de partida, na tentativa de uma teorização mais sistemática" (p. 41). Em outro ponto, ele sugere que o marxismo tem muito a aprender com as descobertas empíricas da sociologia e, a nosso ver, sua própria tentativa de gerar uma nova teoria da ideologia também pode ser vista como uma tentativa de fazer a síntese entre uma perspectiva sociológica e o marxismo. Trata-se de um projeto muito interessante. No entanto, é claro que há uma ampla variedade de destinos possíveis, mesmo quando se toma Marx como ponto de partida, já que com a mesma facilidade se pode terminar fora da tradição marxista ou dentro dela, e esse ponto de chegada tampouco tem que ser uma teoria sistemática ou geral.